

O CONCEITO DE IDENTIDADE SOCIAL: CONSIDERAÇÕES SOBRE IDENTIDADE ÉTNICA

Marivânia Conceição ARAUJO¹

Resumo: Este trabalho procura descrever as concepções que estabeleceram o conceito de identidade no Brasil. Para tanto, resgata o debate predominante no começo de século XX que se baseava na noção de raça para conceber um papel conformista aos não-brancos, já que, por essa noção, o branco era superior às outras raças. O trabalho apresenta, ainda, considerações sobre identidade étnica, baseado nas reflexões teóricas de Fredrik Barth, buscando demonstrar como a aplicação dessa nova visão determina o alargamento das fronteiras do “eu” no conceito de identidade.

Palavras-chave: Conceito de identidade; noção de raça; identidade étnica; Fredrik Barth.

Abstract: This article describe the conceptions what established the Idea of the identity in Brazil. So, it ransoms the predominant debate at beginning of century XX. That based in the notion of the race for to become an agreement role for the don't white men Therefore, white men were superior than the other races. This article show considerations about reflections, looking for to demonstrate as the introduction from that new vision determine the increase of the frontier of the “I” in the idea of identity.

Keywords: Idea of identity; notion of the race; race identity; Fredrik Barth.

Introdução

As ciências voltadas para o conhecimento humano, como a psicologia e a sociologia, por exemplo, são construídas a partir de questionamentos. O homem busca respostas para as mais variadas questões e necessita de algum instrumento para encontrá-las. O problema, contudo, é que nem sempre esses instrumentos proporcionam respostas satisfatórias, e mais que isso, na grande maioria dos

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia – Faculdade de Ciências e Letras - UNESP – 14800-901 - Araraquara – SP.

casos, suscitam outras questões, que por sua vez, também, exigem respostas.

Nesse contexto, os pesquisadores estabelecem alguns conceitos que têm como objetivo fundamentar uma idéia ou noção sobre aquilo que se busca entender, de tal modo que esse conceito ou noção proporcione uma base sólida para a averiguação das respostas encontradas, ou seja, de certo modo, é um processo cíclico, que se forma para dar forma.

Com o conceito de identidade o mesmo se dá. O pesquisador busca entender o homem como ser único, individual, porém, se depara com as relações sociais, o plural, o só ser, humano, enquanto elemento inserido no seu grupo social. Estabelece-se o conflito: qual resposta buscar? Em qual esfera encontrar-se-á a solução para estes questionamentos? No social ou no individual? Somos únicos ou plurais? E nesse sentido, infinitamente, buscam-se respostas e encontram-se perguntas.

Então, o que se tem como ponto de partida é um conjunto de fatos que, analisados, localizam um campo delimitativo daquilo que deve ou pode, ser considerado como social ou como individual. E assim, mesmo sendo um só o objeto buscado, o que se tem é um sem número de perspectivas para se alcançar o significado de identidade. Encarados dessa forma os conceitos podem ser comparados a mapas que permitiriam, ao pesquisador, percorrer caminhos que lhe proporcionem respostas específicas de um campo ou de outro.

Enquanto pesquisadora, percorrerei aqui, alguns desses caminhos, visando enfocar como, no conceito de identidade social, estão inseridos a noção de raça - e como conseqüência direta, a discriminação, e ainda, baseada nas reflexões teóricas de Fredrik Barth entender o conceito de etnia, que surge, entre outros fatores, para substituir a idéia de raça.

Entendendo as Noções de Raça, Etnia e Identidade

A compreensão das noções de raça, etnia e identidade somente pode ser alcançada por meio da trajetória histórica desses termos. Cada um deles surge em contextos diferentes, o que significa admitir que cada qual traz em si influências particulares e, por conseqüência, interfere em outros momentos, fazendo com que esses reflitam as crenças, corretas ou não, que carregam em seu bojo. Partindo desse pressuposto, serão analisadas, pontualmente, as noções de raça, etnia e identidade, já que as mesmas contribuem para a conformação do conceito de identidade social, que, por sua vez, serve como ponto de partida

para as considerações sobre identidade étnica aqui pretendidas.

Raça

A idéia de raças humanas foi muito difundida até o início do século XX. O termo “raça” era utilizado não apenas pelo senso comum, mas, também nos meios acadêmicos, disseminando a idéia que os diferentes grupos étnicos - negros, amarelos, índios e brancos - possuíam diferenças genéticas, biológicas, intelectuais, e que havia uma plena definição entre esses grupos raciais. A crença pregava que esses grupos desenvolveram-se isoladamente ou com pouco contato entre si, não havendo, assim, miscigenação e que esse desenvolvimento havia ocorrido de modo desigual, causando uma hierarquia entre as raças.

O pressuposto da existência de diferentes raças foi terreno fértil para a elaboração de um conjunto de idéias etnocêntricas que afirmava: a raça branca é mais hábil, mais inteligente, com maior capacidade de adaptação aos diferentes meios e situações; as outras raças eram inferiores, estavam aquém do potencial branco de inteligência, capacidade de trabalho e de desenvolvimento, podendo, inclusive, ser escravizadas ou dizimadas em algumas áreas para benefício do povo branco, a raça superior. Os brancos podiam subjugar, escravizar e dominar os outros grupos, pois eles eram inferiores, precisavam de uma mão forte para guiá-los. Essa ação sobre os outros seria oportuna para impedir guerras entre eles e promover o desenvolvimento nas terras colonizadas, como no caso do Brasil. Assim, a idéia de raça ajudou a conformar o pensamento de dominação econômica, social, cultural e política que alguns povos desenvolveram em todos os continentes do mundo.

Hoje, entretanto, a ciência biológica já tem claro que não há grupos humanos geneticamente diferentes, não existem grupos isolados, o que há é a raça humana. Com base, principalmente, na genética contemporânea, é consenso no meio intelectual que a idéia de raças existentes, nascidas e desenvolvidas isoladamente, originando grupos raciais hierarquicamente diferentes e sem miscigenação, é um *mito*, como pode-se observar em vários autores, entre eles Sodré (1999, p. 193) que afirma:

É certo que, meio século atrás, não era tão divulgada a certeza, agora corrente na aprendizagem da ciência biológica, de que o conceito de raça é inviável se aplicado a seres humanos. Raça, que implica em indivíduos com patrimônios

genéticos diferentes, não existe (a menos que se fale em ‘raça humana’). Hoje começa ter curso a expressão ‘espécie humana’, que é única e abrange todos os seres humanos. Equivale mais ou menos ao que os zulus, na África do Sul, denomina Ubuntu, ou seja, o conceito de Humanidade enquanto reconhecimento dos outros como companheiros da espécie humana.

Todos os grupos humanos contém elementos genéticos de diferentes etnias, isso porque há milhares de anos a humanidade vem se relacionando, seja pacificamente ou não. Embora, seja reconhecido nas mais diversas áreas do conhecimento, esse fato encontra resistência junto ao senso comum, o que pode, talvez, ocorrer devido aos longos anos nos quais o preconceito, direcionado a determinados grupos étnicos, reforçou a idéia da diferença e hoje, mesmo à luz da ciência, torna-se difícil ultrapassar e esquecer.

Contudo, a viva presença dessa crença promove a discriminação racial. No Brasil, a situação não é diferente. Várias são as situações, principalmente contra a população negra, nas quais a discriminação surge: o mercado de trabalho, a escola, o lazer, o atendimento, enfim, num sem número de atividades cotidianas. A realidade dessa discriminação encontra respaldo mesmo nos órgãos públicos como aponta Sodré (1999, p.234):

São vários os lugares sintomáticos da discriminação, em geral disfarçados, mas, às vezes bastantes explícitos. Um exemplo: em 1996, o Centro de Pesquisas e Assistência em Reprodução Humana espalhou por Salvador, Bahia, cartazes publicitários com o título ‘defeito de fabricação’ acima da imagem de um garoto negro, com correntinhas no pescoço, canivete na mão e uma tarja nos olhos. Abaixo o texto: ‘Tem filho que nasce para ser artista. Tem filho que nasce para ser advogado e vai ser embaixador. Infelizmente, tem filho que já nasce marginal’. Outro cartaz mostrava uma mãe negra, grávida, coberta por um lençol branco e a legenda ‘também se chora de barriga cheia’.

Infelizmente, a discriminação em nosso país tem vários aspectos e se estende a todas as classes sociais. Seriam necessárias muitas páginas para abranger todo o rol dessas situações, mas é possível apresentar aqui alguns deles, com base em leituras, experiências pessoais, reportagens jornalísticas ou nos depoimentos dos entrevistados durante o trabalho de campo. O caso dos integrantes do grupo carioca *O Rappa* (quase todos negros) que, dirigindo um

² Música composta por Marcelo Yuka, faz parte do CD intitulado, Lado B, Lado A, lançado em 1999.

utilitário importado, foram abordados e revistados pela polícia, sem quaisquer explicações, chegando a ser ameaçados de agressão por parte dos policiais. Esse fato foi muito bem retratado na música “Tribunal de rua”², do mesmo grupo, discriminação também notada pela aluna negra de uma turma do ensino médio, que se sente perseguida pelos colegas de classe, já que a cada intervenção realizada por ela há a admoestação de algum deles, de modo jocoso e, às vezes, agressivo. A atitude dos professores e da direção da escola frente às queixas da aluna é a total omissão. Ou ainda, o caso fartamente divulgado pela imprensa, da filha do governador do estado do Espírito Santo, Albuíno Azeredo, que foi agredida em um elevador por uma mulher e sua filha. Estas insistiam para que ela, negra, se retirasse do elevador social e utilizasse o elevador de serviço. Esse último exemplo demonstra que a discriminação atinge todas as classes sociais. Mesmo aqueles indivíduos ou famílias que ascenderam social e economicamente são vítimas de sua intransigência.

Eu mesma como negra, nascida numa família da qual os membros são negros, posso citar algumas situações, entre as muitas vividas, em que minha cor foi determinante. Disputas de vagas em algumas empresas, onde não fui admitida por não ter “boa aparência”, e isso me foi dito sem maiores explicações. Problemas com o atendimento no comércio onde, mesmo tendo chegado antes, fui atendida depois de outras clientes, e em alguns casos com uma certa má vontade, que configura um nível de discriminação, quase sempre velada. Isso reflete o preconceito que me vê, *a priori*, como uma compradora sem posses ou como uma cidadã menos importante cuja presença, para os atendentes, pouco significa.

A revista *Veja* (1999, p. 62-9) mostra, numa matéria de capa, a existência de uma classe média negra no Brasil, composta por advogados, professores, médicos, vendedores e empresários que contabilizam 8 milhões de pessoas e movimentam 50 milhões de reais por ano. Devido à percepção dessa realidade, o mercado volta sua atenção para essa população. Produtos conhecidos como “étnicos”, cosméticos para os mais variados fins, revistas³ especializadas e marcas de roupas⁴ invadem o mercado. Uma consequência positiva desse processo foi a abertura de um novo espaço para atores, modelos e dançarinos negros que, antes, dificilmente conseguiam trabalho nessas áreas e muito menos alcançando projeção nacional. Entretanto, essa mesma reportagem mostra que a discriminação continua presente a despeito das transformações ocorridas. As dificuldades para conseguir um emprego ainda são maiores para os negros e,

³ A Revista *Raça Brasil*, da Editora Símbolo, foi a primeira no país destinada ao público negro e está no seu terceiro ano.

⁴ A indústria de malhas Malwee, possui uma *griffe* intitulada *Raça Brasil*, cujo modelos são todos negros.

mesmo quando esses conseguem uma vaga, seus salários são inferiores aos dos brancos que exercem as mesmas funções, como afirma o cientista político Abranches (1999, p. 67), entrevistado na reportagem:

Na hora de receber o contracheque, negros e brancos estão em descompasso. De acordo com dados da Fundação Seade, de São Paulo, o salário médio na capital paulista é de 760 reais. Na mesma função, um negro ganha menos da metade: cerca de 350 reais. 'O negro tem de ser dez vezes melhor do que o branco para ter acesso a uma educação que permita a ele competir e ultrapassar quem sempre esteve em vantagem'.

Uma das faces da discriminação é relativa ao elemento moradia. Pode-se avaliar que, sendo o salário do trabalhador negro menor que o do branco, sua opção de moradia é, necessariamente, por uma habitação em bairros mais afastados, onde o valor dos aluguéis é menor e a qualidade das residências e das condições de vida oferecidas são mínimas. Esse fato, por consequência, instaura a segregação espacial da população negra. Hasenbalg descreve, resumidamente, alguns acontecimentos históricos que, reunidos, proporcionaram tais realidades:

Desde a abolição a população negra, das antigas sociedades escravistas, tem estado na retaguarda do capitalismo industrial. Durante várias décadas após a abolição, os negros ficaram concentrados nas regiões agrícolas mais atrasadas como parceiros, pequenos arrendatários, camponeses e moradores. Durante esse período, no Brasil e nos Estados Unidos, ondas sucessivas de imigrantes europeus ocuparam as posições abertas pela expansão dos setores e regiões capitalistas. Com o movimento das áreas de plantação para favelas e guetos citadinos, os negros, longe de penetrarem no cerne da classe trabalhadora industrial, aglomeravam-se em torno de suas camadas inferiores em mercados instáveis e irregulares de trabalho não classificado (1979, p. 109).

Nem sempre a segregação social expulsa os integrantes das classes menos favorecidas para a periferia, especialmente nos grandes centros urbanos. O Rio de Janeiro é um exemplo bastante pertinente, já que as maiores favelas dessa cidade localizam-se em áreas nobres como São Conrado que tem incrustado em suas encostas a favela da Rocinha, ou o bairro de Santa Teresa, próximo ao centro, com a favela Morro dos Paraíbas. O que é excluído nesses casos é a qualidade de vida, pois, nesses locais não se conta com infra-estrutura de nenhuma espécie.

É possível afirmar que a invenção e permanência da noção de raça é uma construção elaborada nas relações sociais desenvolvidas nos diversos segmentos da sociedade e que tem componentes históricos e econômicos que não devem ser ignorados. E mais, nessa construção o papel dos grupos dirigentes tem enorme importância.

Diante do que já foi exposto, a idéia de diferentes raças humanas não tem mais fundamento científico. Entretanto, no caso do Brasil, os pressupostos de superioridade entre as raças, a discriminação entre elas e o preconceito continuam permeando as relações. Isso ocorre porque essas relações não são pautadas apenas no conhecimento científico. Os elementos apontados estão inseridos no sistema classificatório brasileiro.

Todas as sociedades possuem um sistema classificatório, ele é importante para a compreensão das relações sociais. É possível, inclusive, esclarecer a permanência de elementos como a discriminação e o preconceito, por meio desse sistema.

O imaginário social, no Brasil, é construído por um conjunto desses sistemas que foram sendo elaborados no decorrer da história, tanto pelas elites quanto pela população em geral. Esse imaginário reflete o modo de agir da população e sua percepção e compreensão da realidade que a cerca.

Entre as muitas categorias que fundam nosso sistema classificatório encontra-se uma relativa ao tema aqui abordado. Ela é composta por três mitos conforme esclarece Maggie (1996, p. 226):

Nossa sociedade funda-se em mitos que falam de raça e cor, de um lado, o mito ou a fabula das três raças - no dizer de Roberto da Matta, nosso mito de origem - que conta que viemos de três raças: negros, brancos e índios. Outro mito básico fala da nossa 'democracia racial', do paraíso dos mestiços, onde o racismo e a segregação não existem. Há, finalmente, outra premissa, que chamarei de mito do branqueamento. O ideal de branqueamento fala na cor e evita a oposição preto versus branco, fundando uma sociedade povoada de claros e escuros que deve ser um dia totalmente branca, sem diferenças.

O ideal de branqueamento, fortemente presente no Brasil no início do século XX, apresentava a cor negra como algo que deveria ser mudado, transformado para melhor. Tinha como pretensão o embranquecimento da população. Assim, o elemento branco era valorizado em todos os sentidos, mas, o fato de enaltecer a "raça branca", por mais contraditório que pareça, não inferiorizava o negro diretamente. Havia nesse mito um discurso de igualdade,

presente também na legislação, mas, efetivamente, não se concretizava nas relações cotidianas. A idéia era: somos iguais, mas, devemos nos tornar mais brancos para melhorarmos. Essa postura evitava confrontos explícitos entre brancos e negros, assegurando a paz social e impedindo uma revolta, ou, reivindicações por uma igualdade real, social e econômica, por parte dos negros.

Isso ocorria em vários sentidos. Um deles era minimizar a questão das diferenças sociais e das discriminações raciais. Outro sentido era diminuir o papel do negro na história do Brasil - destacando apenas seu passado servil de escravo - e criando no imaginário social a imagem de que ser negro é ruim. Portanto, referir-se a alguém como negro seria uma ofensa. Cria-se então expressões como: pretinho, roxo, escurinho, moreno etc., demonstrando-se assim que ser preto era algo negativo, mas, não se faz uma oposição direta com o branco. Ser negro, no Brasil ou no mundo, era algo ruim em si, inerente à sua cor, e não um resultado da relação entre brancos e negros ou, ainda, como consequência da estrutura política, econômica e social engendrada pelo Estado e elite brasileiros. Hasenbalg elabora claramente essa situação:

(...) as pessoas não se iludem com relação ao racismo no Brasil; sejam brancas, negras ou mestiças, elas sabem que existe preconceito e discriminação racial. O que o mito racial no brasileiro faz é dar sustentação a uma etiqueta e regra implícita de convívio social, pela qual se deve evitar falar em racismo, já que essa se contrapõe a uma imagem enraizada do Brasil como nação. Transgredir essa regra cultural não explicitada significa cancelar ou suspender, mesmo que temporariamente, um dos pressupostos básicos que regulam a interação social do cotidiano que é a crença na convivência não conflituosa dos grupos raciais. (1999, p. 235-49)

O mito da democracia racial afirma não existir diferenças raciais no Brasil e implica na subserviência do negro em harmonia social e racial que deve ser mantida. Seus elementos são os seguintes: elaboração de um racismo velado; evita-se discutir o assunto; dissimula-se o racismo através da explicação das diferenças sociais.

No Brasil, a idéia de raça foi concebida após a libertação dos escravos. O objetivo era diferenciar e hierarquizar os indivíduos na sociedade, já que os negros tornaram-se cidadãos após a abolição. Se antes a escravidão diferia brancos e negros, agora era preciso encontrar argumentos para marcar a diferença. Essa diferença passa a ser pautada numa possível diversidade biológica. Os

negros faziam, então, parte de uma raça inferior, da qual todos os elementos culturais eram, também, inferiores. E é baseado nesse argumento que se estabelece a ideologia do embranquecimento da população brasileira, através da miscigenação. Os intelectuais da época corroboravam com esse pensamento, entre eles Nina Rodrigues. O Estado passa à prática dessas idéias a partir de medidas efetivas como a política de migração européia para as lavouras brasileiras. Porém, essa ideologia encontrou alguns obstáculos para sua realização.

Segundo Hasenbalg (1979), como resultado da derrota do nazismo, na Segunda Guerra Mundial, e da emergência, no Terceiro Mundo, de nações independentes de população não branca, o ideal de embranquecimento perde legitimidade intelectual. Fatores internos também influenciaram negativamente esse processo, visto que, tanto os grupos de imigrantes trazidos para o país, quanto alguns grupos de negros rejeitaram a idéia de miscigenação e, casando-se entre si, formavam comunidades endogâmicas.

Seyferth, afirma que um dos componentes da identidade coletiva construída pelos alemães era o “sangue”. A continuidade em ser alemão dá-se, também, através dos laços consanguíneos, procurando, ao máximo, manter o “sangue puro” alemão através dos casamentos entre famílias de imigrantes:

O conjunto das instituições comunitárias étnicas se completa com a família, reduto íntimo da etnicidade, pois, cabe a ela socializar os filhos como membros do grupo. A família é concebida nestes termos na maior parte dos grupos aqui focalizados: no contexto étnico o papel principal é o controle familiar sobre os casamentos, o que supõe o controle sobre a endogamia (1990, p.84).

Além do fato da identidade étnica dos imigrantes estar calcada na consangüinidade, havia, e talvez ainda haja em alguns pontos do país, uma ideologia da superioridade étnica que classificava os brasileiros - mais ainda o negro - como inferior, utilizando estereótipos a partir de categorias sempre negativas: preguiçoso, sujo, sem educação, acomodado, incapaz. Categorias essas quase sempre relacionadas com o trabalho e ao trato das pequenas propriedades ou lavouras. Contudo, a construção de estereótipos também era direcionada aos imigrantes, que tinham seus hábitos ridicularizados. Seyferth, ao discorrer sobre a identidade étnica dos imigrantes, revela esse quadro de discriminação recíproca. A rejeição que os brasileiros tinham em relação a casamentos entre indivíduos de nacionalidade diferentes pode ser percebida na seguinte quadrinha, que originalmente, na tradição folclórica do Brasil Império, era cantada para os

portugueses, mas foi adaptada de modo jocoso para os italianos:

Carcamano pé-de-chumbo

Calcanhar de frigideira

Quem te deu a confiança

De casar com brasileira? (1990, p. 81)

O embranquecimento como uma medida efetiva para “clarear” a população do país enfrentou problemas e acabou, como já foi apontado, sendo mal sucedida. Entretanto, como ideologia que pregava a superioridade dos brancos e o embranquecimento dos negros como uma forma de tornar o povo “melhor”, deixou marcas profundas nos brasileiros. Alguns setores de sociedade ainda pregam a superioridade branca. Grupos de negros e índios identificam-se como inferiores, com baixa auto-estima. Negros querem fugir da identificação com a cor negra para evitar a classificação de seu *status* social. Quanto à auto-estima, a população negra tem muito forte uma auto-negação, como bem aponta Hasenbalg (1996, p. 236):

No passado como agora, a contrapartida dos sistemas raciais que admitem o deslocamento lento ao longo do contínuo de cor é uma estética branca racista que desvaloriza o extremo negro do espectro e condiciona atitudes e comportamentos dos não brancos. Naturalmente, a hierarquização das pessoas em termos de sua proximidade a uma aparência branca ajudou a fazer com que indivíduos de pigmentação escura desprezem sua origem africana. Expressões como ‘cabelo ruim’, ‘cabelo bom’ e ‘melhorar a raça’ são comuns ao português e ao espanhol falados nas Américas. Não é estranho que esta forte pressão no sentido do branqueamento resulte em que ‘[...] negros e mulatos fazem o melhor possível para parecer mais brancos e procuram com energia dissimular ou desenfatar suas raízes negróides’.

Como exposto no início desse tópico, o conceito de etnia surge para substituir a idéia de raça. Esse novo conceito tem base nas diferenças culturais de um grupo ou sociedade. Envolve elementos como visão de mundo, relação com a natureza, relação entre os membros do grupo ou com membros de outro grupo social, relações de trabalho, familiares e religiosas. Não tem base nas questões fenotípicas mais identificatórias.

Identidade Social

A discussão da identidade tem uma importância peculiar no pensamento científico brasileiro, pois foi um conceito utilizado para a análise do contexto social e cultural do país. Segundo Birman (1976), a identidade teve, e ainda tem, na antropologia feita no Brasil, sua utilização voltada para análise de dados como a “identidade nacional” e a “fabricação” da nação:

Os intelectuais brasileiros que tratam das relações ‘entre negros e brancos’, ou do ‘lugar do negro na sociedade brasileira’, ou ainda do ‘problema do negro e dos mestiços’ na sociedade nacional, nunca pretendem ser ‘neutros’, ao contrário, viam-se em parte como indivíduos responsáveis e preocupados a um projeto de nação.

Esses intelectuais pretendiam, além de entender algumas relações sociais existentes em nosso país, construir a idéia de nação a partir dos dados que levantaram em seus estudos, mas também, com elementos que julgavam positivos para a formação da “jovem nação”. Elementos e idéias que, muitas vezes, tinham como fonte de inspiração a Europa. Autores como Nina Rodrigues e Silvio Romero encaravam seu papel como algo que deveria ser muito mais que estudar e interpretar a realidade que os cercava, gostariam de transformá-la, dar a ela contornos entendidos como certos. Apontavam soluções para essa transformação que resultaria em uma nova nação, mais avançada e dinâmica, rumo ao progresso que estava relacionado à uma “evolução” do povo. Inclui-se nesse processo mudanças étnicas que repercutiriam nas relações de trabalho, na economia, enfim, no desenvolvimento do país como um todo.

Se, no passado, o conceito de identidade nacional foi utilizado como instrumento de compreensão, análise e estudos que buscavam também “fabricar” uma nação, mais tarde, com Oliveira (1976), o conceito foi base teórica para o estudo da relação entre os grupos indígenas e a sociedade nacional inclusiva. Daí resulta a idéia de fricção interétnica, isto é, da construção de uma identidade social dada através do contato entre indivíduos de grupos diferentes podendo, esse contato, ser pacífico ou como resultado de um conflito, mas, sempre oferecendo elementos para a definição do “nós” diferente dos “outros”.

Num outro sentido, o conceito de identidade é também significativo para o estudo das relações raciais no Brasil. Autores como Florestan Fernandes, Peter Fry, Yvone Maggie, Tomás Skidmore, pesquisaram sobre religião, trabalho, discriminação sob a ótica da relação entre diferentes grupos étnicos, em especial

os negros e as relações sociais por eles desenvolvidas. Existe uma relação entre as questões raciais e o projeto de nação para o país, muito bem apresentado por Seyferth (1994). A autora analisa a imigração alemã para o Brasil, no fim do Império, quando milhares de alemães entraram no país com a incumbência de colonizar, ou melhor, civilizar um povo considerado por seus governantes como inferior, inapto para o trabalho e para o desenvolvimento.

Identidade Étnica

A noção de identidade étnica muitas vezes é confundida com as idéias de povo, raça ou de nação, sendo, inclusive, utilizadas como se fossem sinônimos. Mesmo alguns cientistas sociais incorrem nesse erro. Mas trata-se de um erro compreensível, visto que essas diferentes noções têm elementos em comum, tornando recorrente a confusão.

Procurando deixar claro quais as características do conceito de identidade étnica, usarei como base, as conclusões teóricas apresentadas por Fredrik Barth⁵, considerado por vários autores como uma importante referência teórica sobre o tema. Ele é o responsável pelo uso de uma concepção mais flexível e dinâmica da identidade e da etnicidade. Inovou ao afirmar que as divisões étnicas estão constantemente se estabelecendo e se reproduzindo, daí seu caráter dinâmico sempre baseado nas relações sociais estabelecidas.

Segundo Barth, a identidade étnica abrange vários princípios indispensáveis para que haja a atração e a separação das populações. São esses princípios, conhecidos e compartilhados pela maioria dos componentes do grupo, que fazem com que os indivíduos se identifiquem como iguais, pertencentes ao mesmo grupo, aliados nos momentos de conflito externo, portadores de um mesmo discurso a respeito de temas pertinentes para o grupo, acreditam que possuem vários elementos em comum. Ao mesmo tempo os integrantes do grupo procuram diferenciar-se daqueles que julgam diferente, marcam a linha divisória entre o “nós” e os “outros”⁶. Procurando estabelecer limites do que determinam o “nós”, sempre separando dos “outros”. Esta separação pode ser simbólica, mas definirá até onde é possível ir sem perder a identidade - ou igualdade - com o grupo. Além de Barth, vários autores apresentam diferentes definições de grupo étnico que podem ser utilizadas para o entendimento e discussão desse conceito e das relações sociais baseadas na idéia de diferenciação entre os grupos. Entre elas está a

⁵As considerações feitas sobre o trabalho de Fredrik Barth foram coletadas de Poutingnat, F.; Streiff-Ferrt. *Teorias da Etnicidade: seguimento de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

apresentada por De Vos (apud POUTIGNAT, 1998, p. 83), que define o conceito como:

(...) um grupo que se percebe como unido por um conjunto de tradições de que seus vizinhos não compartilham e cujos membros utilizam subjetivamente de maneira simbólica ou emblemática aspectos de sua cultura, de modo a se diferenciar dos outros grupos.

Barth acrescenta a essa definição um dado importante ao conceito de grupo étnico. Ele desloca o foco para a autodefinição: Alguém é um *lue* pelo fato de se crer, se denominar e agir de modo a validar sua *lue-tude* (1998, p. 84).

Sob esse aspecto, pertence a um grupo étnico que se autodefine como tal, aquele que quer estar associado aos atributos de um grupo, sejam eles características físicas, econômicas, políticas, opção sexual, relações de trabalho, etc. Mesmo que os elementos dessa autodefinição sejam fruto de uma construção social que não pode ser constatada empiricamente, se ela serve de marco divisório entre o “nós” e os “outros”, se é pensada e reproduzida como verdade para os indivíduos do grupo, então será elemento marcante da auto-definição e, conseqüentemente, da construção do grupo étnico.

Um exemplo que pode servir para retificar a importância da autodefinição apresentado por Barth, é a análise do caso da Comunidade Agrícola de Higienópolis - C.A.H.⁷, cujos moradores auto-identificavam-se como “completamente diferentes” dos moradores da favela vizinha, Vila São João. A definição dos moradores ficava clara desde o modo pelo qual se auto-denominavam “moradores de comunidade”, e denominavam seus vizinhos, “favelados”. A auto-definição é, na verdade, uma categoria de identidade que possui vários elementos construídos para ratificar a diferença entre os dois grupos ou entre os moradores da C.A.H. e dos diferentes grupos da sociedade. Dentre esses elementos da identidade estão: a limpeza que eles têm com suas casas e crianças, a organização do grupo, tanto no que diz respeito à disposição das casas - espaço para as ruas - , quanto à organização política, que visa a melhoria do local, além do fato de serem trabalhadores e de suas casas serem de alvenaria.

Alguns desses elementos podem se contestados numa comparação entre os dois grupos, pois não correspondem totalmente à realidade, se tratando de uma construção elaborada entre os grupos e também com outros atores externos, como o governo municipal, no momento em que se reivindica melhores condições

⁷A noção de discernir entre o “nós” e os “outros” foi muito bem explicada por Roberto Cardoso de Oliveira (1976).

para o lugar. Mas, esses elementos foram utilizados como auto-definição, os indivíduos percebiam essas diferenças, acreditavam nelas e faziam delas a linha que demarcava o limite para a igualdade entre os que pertenciam ao grupo, elementos que diziam quem eram e também o que não eram.

A etnia possui também o caráter de variabilidade mudando, ou melhor, se adequando aos diferentes diálogos e interlocutores inserindo ou excluindo elementos que ajudam a compor para melhor dar continuidade às relações e satisfazer os interesses do grupo.

(...) a etnicidade não se define como uma qualidade ou uma propriedade ligada de maneira inerente a um determinado tipo de indivíduos ou de grupos, mas, como forma de organização ou um princípio de divisão de mundo social cuja importância pode variar de acordo com as épocas e as situações.(1998)

Mais uma vez, recorro ao estudo realizado na C.A.H. como exemplo. Os indivíduos que compõem aquele grupo utilizavam a categoria de “morador de comunidade” para se auto-definir, porém, essa categoria não é a única utilizada e houve momentos em que ela foi omitida ou substituída por outra, dependendo do interlocutor e da situação vivenciada. Então, quando a relação era travada com os representantes do Estado e, era preciso reivindicar algum serviço, ou a permanência no local, a categoria “moradores de comunidade” era utilizada e, com ela, todos os seus elementos e significados atribuídos e creditados pelo grupo. Mas a relação com os vizinhos da C.A.H., moradores mais antigos no bairro de Higienópolis, a categoria da auto-definição poderia ser a de favelados, pois os interesses envolvidos eram outros, embora, a categoria “moradores de comunidade” fosse a preponderante.

Outro aspecto desse caráter variável da identidade, seja ela étnica ou não, é que os elementos que compõem categorias identificatórias também podem ser modificadas de acordo com a relação desenvolvida. Pode-se também incorporar ou omitir alguns desses elementos, dando um novo perfil a essa categoria. Assim, ela é variável, está constantemente sendo elaborada pelos componentes do grupo, variando de acordo com o contexto político, econômico e social, como também de acordo com interlocutor, os interesses envolvidos ou os possíveis conflitos.

Esse aspecto dinâmico da etnicidade está, estritamente, ligado a seu caráter

⁷Estudo de caso realizado para elaboração da minha dissertação de mestrado.

relacional como nota Armstrong: ‘a abordagem em termos de fronteiras (desenvolvidas por Barth) implica, claramente, que a etnicidade é um feixe de interações cambiantes mais que um componente nuclear da organização social (1998, p. 125).

Então, é possível perguntar: porque a identidade social cria contornos de etnicidade? É possível questionar também: porque elementos da etnia passam a ser incorporados na auto-definição do grupo? Essas questões podem ser respondidas a partir da análise da história do grupo, dos elementos que conformam as categorias identificatórias e das relações estabelecidas dentro do grupo e as extras grupo, buscando saber por que a etnia é importante, a quais interesses estão relacionadas e o que pretende diferenciar.

A partir do momento em que se deixa ver os grupos étnicos como entidades objetivamente definíveis por suas características culturais, reconhecendo plenamente sua validade na interação social, a questão que se coloca é a de saber como e sob quais condições um grupo chega a existir como constelação étnica consciente de si própria, ou, retomando os termos de Herzog, ‘por que e quando a construção social da realidade se elabora em termos étnicos’(...) É, então, o estudo do processo de construção das diferenças étnicas e das formas de interação nas quais os indivíduos agem como membros de grupos étnicos que se constitui objeto das teorias da etnicidade. Quais fatores (políticos, econômicos, culturais, psicológicos) que permitem dar conta da emergência e da persistência das diferenças étnicas? As respostas a estas perguntas variam conforme a etnicidade seja como resposta cultural a um problema social ou como determinante cultural da atividade social, conforme a façamos derivar de uma necessidade econômica ou psicológica, ou se coloque o foco nos processos de atribuição ou de realização das identidades étnicas (p. 84).

No início deste trabalho, a proposta era percorrer alguns dos caminhos abertos por alguns autores das questões ligadas à identidade, com vistas à compreensão da noção de raça presente, em maior ou menor escala, dentro do conceito de identidade social em nosso país. Nesse percurso, trilhou-se o beco estreito do preconceito que leva em direção à discriminação e fere não somente a dignidade do cidadão, mas, também aniquila o “humano” do ser. Isso porque, conforme demonstrado, a noção de raça atribui um lugar menor para o não branco.

Contudo, na marcha que se estabeleceu em busca de um conceito de

identidade mais abrangente que o pautado na noção de raça, Barth alarga as fronteiras do pensamento e aponta um novo caminho. Um caminho no qual o estudo se volta para a compreensão do núcleo organizacional no qual o indivíduo se identifica como membro de um grupo com o qual compartilha valores culturais, características biológicas e ainda um modo de comunicação.

Assim, percorrido o trajeto proposto, acredito que, todos aqueles que também se propuserem a trilhar os mesmos caminhos, em busca de uma maior compreensão sobre o conceito de identidade social e identidade étnica poderá contar com esse trabalho, não como um guia, mas, ao menos, como uma placa indicativa que sugere que o caminho é por aqui.

Referências

- ABRANCHES, S. **Veja**. São Paulo, v. 32, n. 33, p. 67, 1999.
- ARAUJO, M. C. **Quando a comunidade não quer ser favela: estudo sobre a construção da identidade social de morador de comunidade numa ocupação de terras no Rio de Janeiro**. 1997. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- BIRMAN, P. **A temática da 'raça' e da etnicidade**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1976. (Mimeografado).
- HASENBALG, C. Entre o mito e os fatos: racismos e relações raciais no Brasil. In: MAIO, C. (Org.) **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. p.235-49.
- _____. **Discriminação e desigualdade raciais no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MAGGIE, Y. Aqueles a quem foi negada a cor do dia: as categorias cor e raça na cultura brasileira. In: MAIO, C. (Org.) **Raça, Ciência e Sociedade**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1996. p.225-34.
- OLIVEIRA, R. C. **Identidade, etnia e estrutura social**. São Paulo: Pioneira, 1976.
- POUTINGNAT, F.; Streiff-Ferrt. **Teorias da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo: Ed. UNESP, 1998.
- SEYFERTH, G. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Ed. UnB, 1990.
- _____. Identidade Étnica: assimilação e cidadania, a imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, p. 15-37, 1994.
- SODRÉ, M. **Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- VEJA, São Paulo, v. 32, n. 33, p. 66-9, 1999.
- YUKA, M. Tribunal de rua. In: **Lado A, Lado B**. Rio de Janeiro: WEA, 1999. CD Player.